



APRH ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS

RECURSOS HÍDRICOS

**Maio, 2005
Vol. 26, n.º 1**

AS ÁGUAS DE ALFAMA – MEMÓRIAS DO PASSADO DA CIDADE DE LISBOA

ALFAMA SPRINGS – MEMORIES FROM THE PAST IN LISBON

Elsa Cristina Ramalho

Técnica Superior do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), Estrada da Portela, Zambujal, Alfragide, Apartado 7586, 2721-866 AMADORA; e-mail: elsa.ramalho@ineti.pt

Maria Carla Lourenço

Técnica Superior do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação (INETI), Estrada da Portela, Zambujal, Alfragide, Apartado 7586, 2721-866 AMADORA; e-mail: carla.lourenco@ineti.pt; membro da APRH nº 1143

RESUMO: Este trabalho pretende dar a conhecer ou a relembrar a existência em Lisboa de um conjunto de nascentes localizadas na zona de Alfama, cujas águas, quentes, foram no século XIX qualificadas como “águas minero-medicinais” pela então Inspeção de Águas. As águas destas nascentes, entretanto totalmente seladas e abandonadas há mais de 25 anos, chegaram a ser aproveitadas em vários “balneários públicos”, que serviram durante décadas a população da cidade de Lisboa e arredores, fundamentalmente de parques recursos. Tendo tido uma influência significativa na vida da população de Lisboa, este trabalho aborda, de uma forma

simplificada, a localização geográfica das nascentes baseada na documentação histórica, que hoje desapareceram por completo, bem como as características geológicas e hidrogeológicas da zona e o modo como estas águas foram exploradas durante vários séculos.

Palavras-chave: águas termais, Lisboa, indicações terapêuticas, património histórico.

ABSTRACT: This paper aims to bring to general knowledge the existence in Lisbon of a set of warm springs located in Alfama. The water from those springs was qualified in the XIXth century as “mineral water” by the authorities. These springs, sealed and abandoned more than 25 years ago, were used in several “public baths” that worked for decades and served Lisbon population and surroundings, mainly with low resources. These waters had a significant influence in Lisbon life. This paper intends to show, in a simplified way, the geographical spring location based on historical documents, the geological and hidrogeological characteristics of the area and the way these waters were exploited for several centuries.

apesar de nunca ter sido qualificada como “água minero-medicinal” à luz da legislação então em vigor.

Apesar de praticamente desconhecidas na actualidade, a sua existência é conhecida pelo menos desde os tempos árabes, nomeadamente o período romano; não existe consenso acerca da origem e do significado da palavra *Alfama* (Santana e Sucena, 1994), no entanto, é hoje geralmente aceite que tenha a sua origem a partir da corrupção do termo árabe *Alhama*, que significa fonte quente (Vieira da Silva, 1987; Santana e Sucena, 1994). O significado do termo Alcaçarias também não é unânime. De acordo com Vieira da Silva (1987a), o termo árabe *Alcaçarias* significa “lugar onde se curte e prepara toda a qualidade de pele e courames”. Outros autores consideram que a origem do termo não está relacionada com a existência de água, mas sim com estabelecimentos comerciais.

As nascentes encontram-se situadas extramuros relativamente à “Cerca Moura” de Lisboa (Vieira da Silva, 1987), pelo que Alfama era um local que só com o desaparecimento da muralha moura anexou uma parte da cidade, até à Sé (Santana e Sucena, 1994). Os mesmos autores referem que, com a conquista de Lisboa em 1147, a evacuação dos habitantes mouros da cidade intramuros e a fixação na Mouraria e na região rústica, a norte, dos que quiseram ficar, Alfama foi povoada por cristãos, e mais tarde, no século XIV, recebeu também os judeus que habitaram a Judiaria de Alfama, a qual compreenderia a Rua da Judiaria, o Largo de S. Rafael e o Beco das Barrelas.

A figura 1 mostra a localização da zona de Alfama em relação à “Cerca Moura”, em gravura do século XVI.

2. A ÁGUA

A história documentada das águas de Alfama é antiga, quer em relação à sua termalidade, quer ao aproveitamento das virtudes terapêuticas que se afirmava terem. Acciaiuoli (1944) faz referência ao capítulo XII do livro de 1610 escrito por Duarte Nunes de Leão, “Descrição do Reino de Portugal”, que dizia que as Alcaçarias “*serviam às mulheres de serviço para ensaboarem a roupa, por escusarem aquecer a água, a qual se se bebesse, parecia que faria algum bom efeito.*” Segundo parece, esta é a primeira referência feita quer à termalidade das águas, quer a efeitos benéficos que estas produziriam. O mesmo autor indica que Frei Cláudio da Conceição, no tomo VI do Gabinete Histórico, publicado em 1820, refere alguns factos memoráveis entre os anos de 1710 e 1717, de onde se destaca, em 17 de Junho de 1716, a abertura dos banhos chamados, até então, das Alcaçarias e de aí por diante do Duque “*por ser o Duque de Cadaval senhor deles.*” É também nesta publicação que se faz uma primeira referência explícita às virtudes terapêuticas da água, comparando-as com a das Caldas da Rainha e à sua exploração para balneários públicos, sob orientação de cirurgiões britânicos, que “*tomaram por*

sua conta reduzir a forma mais cómoda o uso destes banhos, reduzindo-os a catorze, com os seus camarotes, seis para homens e oito para mulheres, todos providos de muita água e com tão boa ordem que as mulheres têm diferente entrada e se não podem encontrar com os homens.” De acordo com Acciaiuoli (1944), o primeiro estabelecimento termal que se fundou na zona de Alfama, com água das Alcaçarias, foi o do Duque do Cadaval, em 1716; em 1725, havia dois estabelecimentos, o do Duque e outro particular; em 1810, havia o do Duque, os Banhos de D. Clara e os Banhos do Doutor.

É de Henriques (1726) a primeira descrição médica exaustiva das virtudes terapêuticas das águas das Alcaçarias, a que ele chamou de “Caldas de Lisboa Oriental”. No século e meio que se seguiu, outras referências a estas águas foram feitas por nomes ilustres, como Castro Sarmiento em 1735, Francisco Tavares em 1810, Sousa Pinto em 1839, Veloso de Andrade em 1851 ou Rotureau em 1864, que descreve o estado de demolição das Alcaçarias do Duque, quando mediou as propriedades físicas e químicas da água (Acciaiuoli, 1944).

As Alcaçarias do Duque, localizadas nos n.ºs 52 a 60 da Rua do Terreiro do Trigo, pertencentes à Casa do Cadaval, foram construídas em 1640 por um mercador veneziano no sítio da quinhentista “casa da água das muralhas” e ampliadas em 1716 através da construção de novo estabelecimento; este edifício setecentista foi substituído em 1864 e revestido na fachada, segundo Júlio Castilho, com “azulejo alegre” (Mangorrinha, 1997). Foi concedido alvará para exploração termal em 1894 a D. Maria da Piedade Caetano Alvares Pereira de Mello, senhora da Casa do Cadaval e viúva de D. Joaquim de Mello.

As Alcaçarias, ou Banhos de D. Clara, como eram chamados originalmente, foram edificados em 1759 por D. Clara Xavier de Aguiar, mulher do Sargento-mor Aurélio da Silva Castilho. Eram separadas das Alcaçarias do Duque apenas pela Travessa do Terreiro do Trigo e situavam-se na Rua do Terreiro do Trigo, n.ºs 64 e 68. A concessão foi pedida em 1893 por José Pedroso Gomes da Silva.

As Alcaçarias do (J. A.) Baptista situavam-se na Rua do Terreiro do Trigo, n.ºs 78 a 84, não muito longe das Alcaçarias de D. Clara, tendo o nome do seu proprietário original. Foi pedida a concessão em nome de Maria José da Conceição Baptista, em meados de 1893.

Os Banhos do Doutor (Fernando) tiveram origem provável no período filipino (Almeida, 1952). Localizavam-se nas traseiras do Chafariz de Dentro, n.ºs 19-20. As estruturas de apoio aos banhos foram reformadas em 1776. O pedido de concessão foi feito em meados de 1893 por Domingos José Vieira.

Para além da sua utilização mais nobre, em fins terapêuticos, até ao século XVII todas as águas desta zona eram igualmente aproveitadas para lavagem de couros e lãs, não se sabendo, no entanto, a localização exacta destes tanques de curtimento, admitindo-se por tradição que se

centrava numa parede que o primeiro mandou construir sobre o muro da cidade *em direito de umas casas suas* (do Mosteiro) e que são *alcaçarias situadas apar* (em frente) *da fonte dos cavalos (...)* (Vieira da Silva, 1987a).

Registam-se também na literatura as Alcaçarias na Freguesia de S. Pedro, que Vieira da Silva (1987a) admite que tenham sido adaptadas a lavadouro público de roupas, com um tempo de utilização superior a três séculos. É este lavadouro, situado numa espécie de pátio, que Júlio Castilho, em Lisboa Antiga, refere como sendo obra do tempo de El-Rei D. Sebastião, e que descreve como um largo tanque oblongo, de “água tépida”, no qual dúzias de lavadeiras de Alfama mergulhadas até à cintura levavam o dia a bater e a cantar. Santos (1867) destaca a descrição do Sr. Joaquim Nunes de Aguiar (publicado no *Diário de Lisboa*, nº 228, s/ data referenciada): “...o Tanque das lavadeiras é um vasto recinto formado por casas de habitação e por um muro feito pelo lado da rua; uma fonte de quarenta anéis de água proximamente mantém a água deste tanque em 0.60m de altura; oitenta lavadeiras lavam ali metidas na água, de saias levantadas, todos os dias da semana; a água que entra no tanque tem saída defronte da entrada, e a maior parte da água não se renova; a roupa é lavada sobre pedras, formando bancadas tortuosas; é um tristíssimo monumento de selvajaria, que deve desaparecer d’entre nós, que nos prezamos de ser um povo civilizado. É fácil substituir este tanque por alguns outros alimentados por dez anéis de água, onde as lavadeiras trabalhem decente e higienicamente, permitindo o aproveitamento da melhor água do Bairro Oriental. Esta água marca 23°C ao hidrómetro.” Em 1868, este tanque passou para a posse da Companhia das Águas de Lisboa e foi pela mesma vedado nos seus dois extremos – o Beco das Barrelas e a Travessa do Terreiro do Trigo, tendo dado origem ao Tanque das Lavadeiras.

Em 1880, a Companhia das Águas de Lisboa cobriu o tanque, fez dele depósito e aproveitou as águas (Acciaiuoli, 1944). Posteriormente ao fecho do Tanque das Lavadeiras de Alfama, a Câmara Municipal de Lisboa fez o arranjo do local (DRHG, s/ data). No entanto, a nascente que alimentou muitos anos o Tanque das Lavadeiras de Alfama foi posta a descoberto aquando da demolição de um muro ao lado do edifício onde se localizavam as Alcaçarias do Duque, no Beco dos Curtumes, à qual os populares chamaram Fonte das Ratas. Este nome insólito terá a sua origem na degradação a que o local chegou no início da década de 60 do século XX, em que recolhia inúmeros esgotos que o transformavam o local numa “verdadeira escurmeira”, antes da Câmara Municipal de Lisboa ter efectuado as tais obras de beneficiação (DRHG, s/ data).

A popularidade desta nascente, que, de acordo com a crença popular “tinha múltiplas virtudes terapêuticas” e cuja reputação curativa da água se espalhou rapidamente, atingiu o auge em 1963/64, em que milhares de pessoas se acotovelvavam e esperavam horas para encher os seus



Figura 4 – Populares na Fonte das Ratas, no auge da sua popularidade (foto retirada do *Diário Popular*, de 20 de Outubro de 1963, DRHG, s/ data).

garrações de água, ao ritmo de cerca de 360 garrações/hora, abrandando apenas entre as 3 e as 5h da manhã (ver figura 4).

De acordo com recortes de jornais da época, houve interesse na concessão por parte de empresas de engarrafamento de águas minero-medicinais; porém, o Duque do Cadaval queria que a população pobre usufruísse gratuitamente dos benefícios da água. No final de 1963, a água da Fonte das Ratas foi objecto de grande controvérsia

FOI VEDADO O ACESSO À FONTE DAS RATAS — MEDIDA QUE ESTÁ A PROVOCAR NUMEROSOS PROTESTOS

A propósito da notícia que publicámos acerca do parecer da Direcção-Geral de Saúde quanto ao eventual encerramento da Fonte das Ratas, por considerar a sua água prejudicial para a saúde, temos recebido na nossa Redacção numerosas cartas e telefonemas de leitores estranhando que se possa admitir essa hipótese perante os resultados que todos têm sentido na cura das doenças de que padeciam. Ora, hoje aparece vedado o acesso àquela fonte e, se bem que as bicas continuem a fazer correr a tão discutida água, deixou de ser viável à população lisboeta (e até a muitos que vinham dos arredores da cidade) abastecer-se dela.

Entre as inúmeras cartas e telefonemas de protesto que temos recebido, contam-se alguns testemunhos de doenças e feridas curadas após a utilização desta água. No entanto, apesar de, até hoje, aquele líquido não ter pro-

vocado senão um lenitivo para quem dele se tem utilizado, o parecer acima referido declara-o inquinado pela presença de ligeiros resíduos fecais provenientes, possivelmente, do contacto da água com as marés do Tejo, o que parece justificar, a confirmar-se, a medida hoje tomada.

Figura 5 – Notícia publicada no *Diário Popular* de 4 de Dezembro de 1963, acerca do encerramento da Fonte das Ratas (DRHG, s/ data).

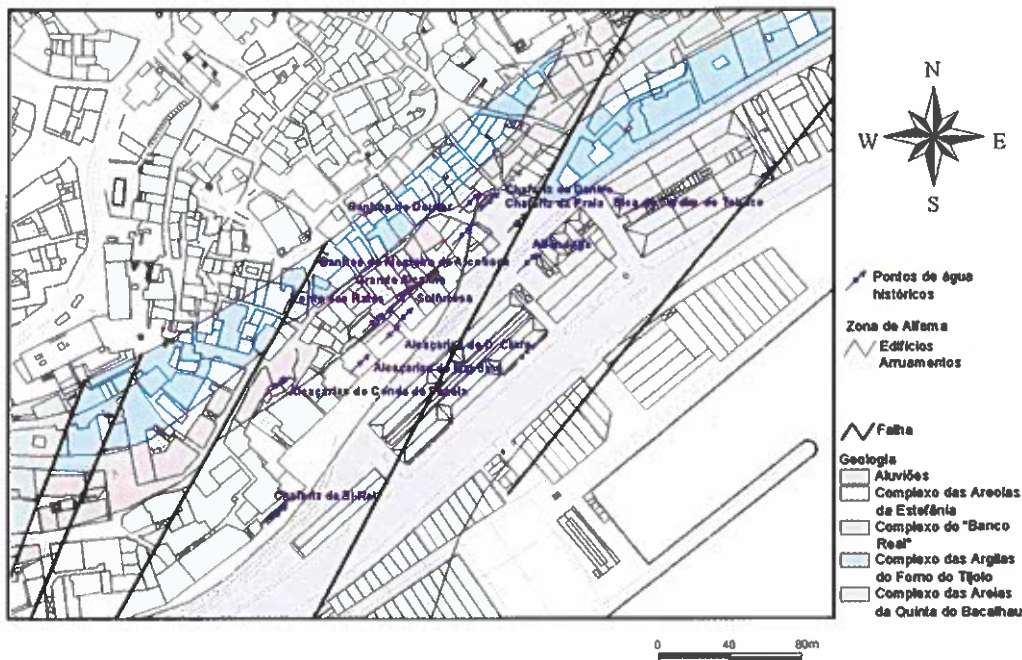


Figura 7 – Planta geológica da zona de Alfama (Moitinho de Almeida, 1972), com identificação dos pontos de água em tempos classificada de minero-medicinal ou com características físico-químicas que permitiriam considerar essa hipótese.

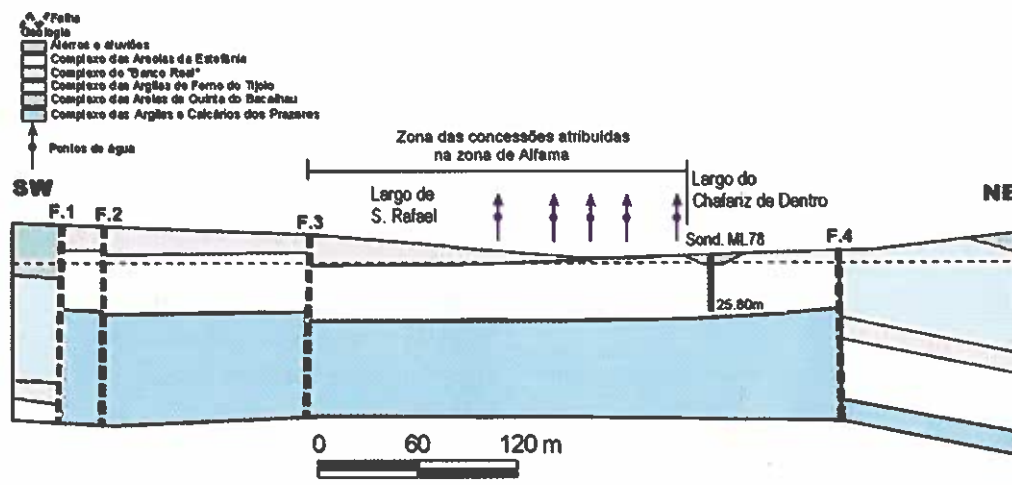


Figura 8 – Perfil geológico interpretativo da zona de Alfama (Moitinho de Almeida, 1972).

3. AS CARACTERÍSTICAS DA ÁGUA

As águas termais de Lisboa, localizadas na zona de Alfama, são bastante numerosas, tendo sido estudadas detalhadamente por Choffat (1895-1897). Destas águas referenciadas na literatura, destaca-se o conjunto que foi utilizado com fins mais nobres, cujas temperaturas por vezes são superiores a 20°C, apesar da sua temperatura de emergência exacta divergir de acordo com o autor consultado. As Alcaçarias de D. Clara (24°-28°C), Alcaçarias do Baptista (32° a 34°C), Banhos do Doutor (27°C) e as Alcaçarias do

Duque (30°C a 34°C), foram, sem dúvida, emergências de água quente, enquanto que entre as águas frias contava-se a Bica do Jardim do Tabaco, Largo da Fundição e a Bica do Sapato. Acciaiuoli (1944) classifica o caudal das Alcaçarias de “abundantíssimo”; Andrade (1935) indicou um caudal para as Alcaçarias do Duque de 6.6m³/h.

As águas quentes, que constituíam o que genericamente se chamou Grupo das Alcaçarias (Choffat, 1895-1898; Andrade, 1935) e ainda o Chafariz de El-Rei, parecem estar alinhadas no contacto entre o Complexo das Areolas da Estefânia (Burdigaliano) e o Complexo do Banco Real, do

captada na sondagem ML78 afastam-se ligeiramente das restantes (bicarbonatada cálcica), mas, de qualquer forma potenciavam a sua utilização como água mineral natural (Moitinho de Almeida, 1972). No diagrama de Schoeller da figura 10 inclui-se a análise química de água proveniente da sondagem ML78 para comparação com as águas do Grupo das Alcaçarias tradicional.

4. OS “BALNEÁRIOS PÚBLICOS” – A UTILIZAÇÃO CONCESSIONADA DAS ÁGUAS DE ALFAMA

A água das nascentes de Alfama foi utilizada durante várias décadas nos “balneários públicos” concessionados. Apenas algumas nascentes de água quente foram objecto de pedido de concessão, tendo as restantes Alcaçarias entretanto caído no esquecimento. Assim, em meados do ano de 1893 foram pedidas à Repartição de Minas do Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, as concessões das Alcaçarias do Duque, Alcaçarias de D. Clara, Banhos do Doutor e Alcaçarias do Baptista. Ao que tudo indica, tratou-se da legalização de estabelecimentos que já eram utilizados em circunstâncias idênticas. Todos os alvarás de concessão das nascentes de água quente do Grupo das Alcaçarias foram publicados no Diário do Governo, ainda em 1894 (figura 11).

Os estabelecimentos termais licenciados na época eram bastante rudimentares, razão pela qual se adopta o nome de “balneário público” em detrimento de “termas”, que já pressupõe o cumprimento dos requisitos legais impostos actualmente pelos organismos de tutela, a nível de características e controlo sanitário das instalações, tratamentos prescritos e de controlo físico-químico e bacteriológico da água. O termo “concessão” também assume aqui características particulares, pois a área que geralmente a Inspeção de Águas atribuía a uma concessão (50ha) era impossível de neste caso ser cumprida, uma vez que os

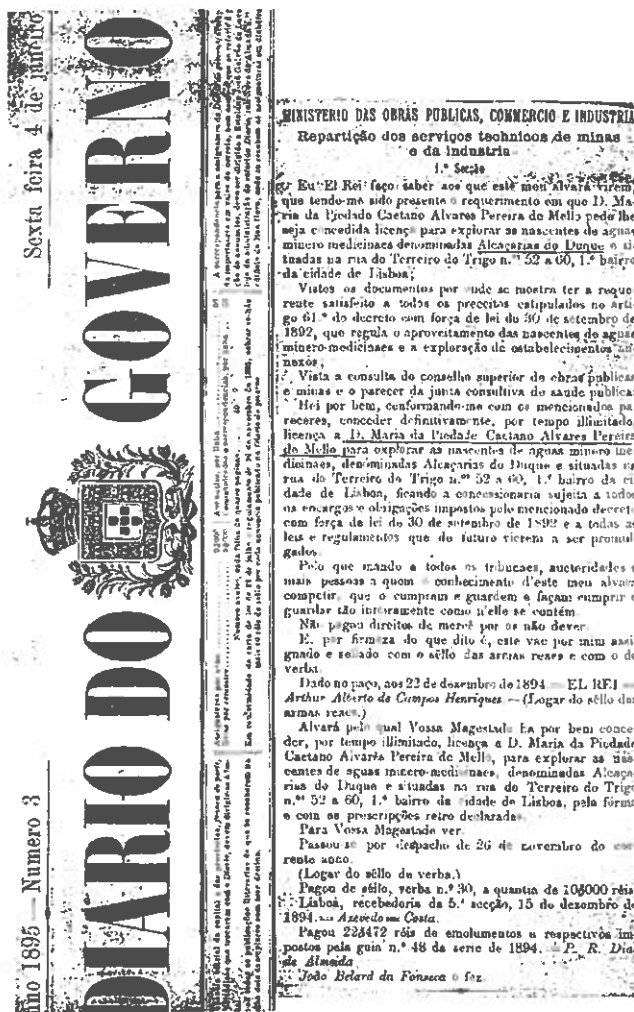


Figura 11 – Diário do Governo de 4 de Janeiro de 1895, onde se encontra emitido o alvará de concessão das Alcaçarias do Duque.

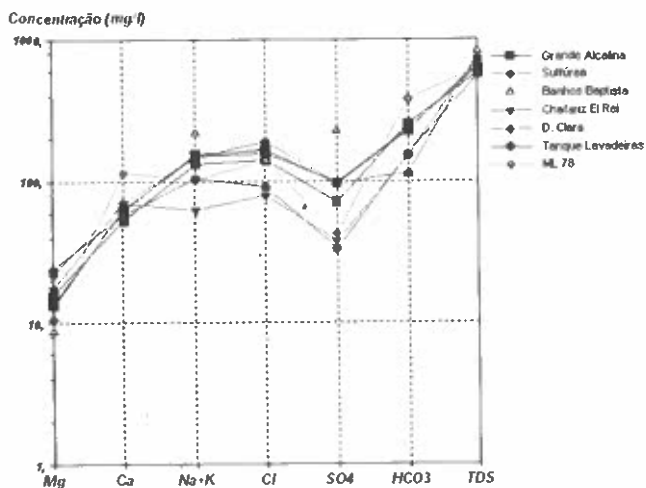


Figura 10 – Diagrama de Schoeller para algumas águas do Grupo das Alcaçarias (Almeida, 1952) e da sondagem ML78 (Moitinho de Almeida, 1972).

diferentes edifícios dos “balneários públicos” eram praticamente vizinhos.

As visitas de reconhecimento efectuadas aquando do pedido das concessões foram feitas pelo Engenheiro Albuquerque de Orey (1894), da Inspeção de Águas. No seu relatório técnico, mencionava que o estabelecimento balnear das Alcaçarias do Duque era o único que, de todas as Alcaçarias, tinha sido expressamente construído para esse fim, sendo, de todos, o que exibia melhor aparência, tanto exteriormente como no seu interior. Segundo Albuquerque de Orey (1894), “no rés-do-chão do prédio (...) estão instaladas as tinas de mármore ordinário, em quartos de diversas dimensões, dispostas em três fileiras, separadas por dois corredores. A um e outro lado do corredor principal, encontram-se oito quartos de 1ª classe, e, ao fundo, de um lado, um quarto maior, com duas tinas, e do outro lado, um dos reservatórios; outro corredor, mais estreito, paralelo ao primeiro, dá acesso a cinco quartos mais pequenos, onde se dão os banhos de 2ª classe e os banhos dos indigentes, e a um reservatório mais ao fundo do referido corredor. Nestes

Planta do estabelecimento de banhos denominados do Doutor.

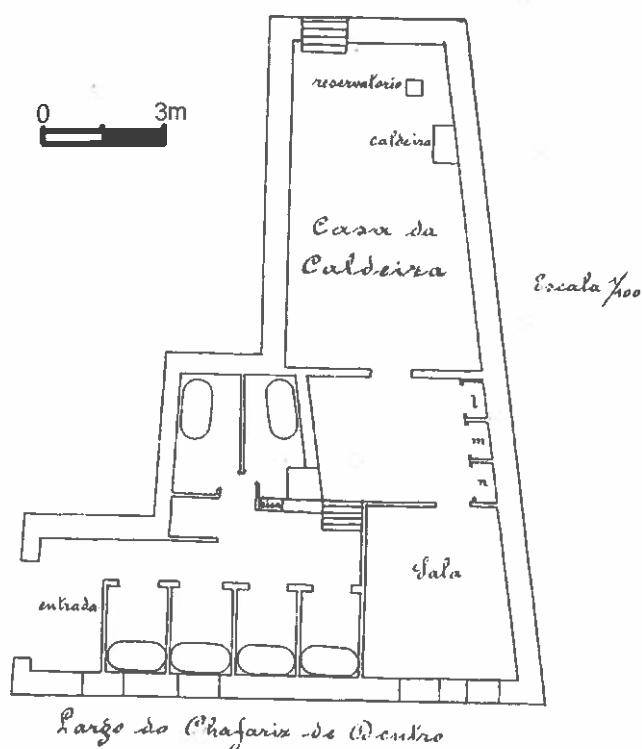


Figura 14 – Planta do “balneário público” dos Banhos do Doutor licenciado pela Inspeção de Águas no ano de 1894. Escala original 1:100 (adaptado de DRHG, s/data).

as Alcaçarias do Duque são utilizadas desde há centenas de anos (Acciaiuoli, 1944).

Os únicos registos estatísticos disponíveis (DRHG, s/ data) dizem respeito à utilização das Alcaçarias do Duque durante o período compreendido entre 1928 e 1932 (imediatamente a seguir à publicação do Decreto com força de lei nº15401, de 17 de Abril de 1928). Este período, tendo abarcado a Grande Depressão, não será porventura representativo da evolução da frequência termal nas Alcaçarias do Duque em noutras épocas financeiramente menos difíceis. A leitura do gráfico da figura 15 destaca uma quebra acentuada no número de aqúistas e nos banhos que teve lugar a partir de 1929, que após este período não chegou a recuperar. Em compensação, a “água minero-medicinal” em barris de 25 L teve um grande acréscimo de vendas ao longo destes anos.

Tal como já foi referido anteriormente, as virtudes terapêuticas das águas foram referenciadas na literatura desde muito cedo. Henriques (1726), no seu Aquilégio Medicinal, refere no capítulo que diz respeito às Caldas de Lisboa Oriental que estas águas são “... de muita utilidade em curar as intemperanças quentes das entranhas, do sangue, do útero, dos rins e das mais partes do corpo; e os estupores e parlesias espúrios; a debilidade de estômago; a fraquesa e queixas das juntas que ficam das gotas artéticas, e

reumatismos; as convulsões, os acidentes do útero (...), os vômitos dos hipocôndrios; as diarreias (...). Para os achaques a que chamam do fígado, são prodigiosos, porque curam as pústulas, sarnas, impingens, lepra e todos os achaques e defecções cutâneas...”.

Acciaiuoli (1944a) resume as suas indicações terapêuticas referindo que “São estas águas muito frequentadas, e o seu emprego muito preconizado no tratamento das doenças de pele, nas quais dão excelentes resultados. Também têm proveitosa aplicação contra as nevralgias, paralisias e algumas doenças do útero e estômago. Internamente usam-se, ainda que raras vezes, contra as doenças catarrais das membranas mucosas dos órgãos respiratórios. As doenças da pele, constituem, porém, a especialização terapêutica destas termas.”

Propriedades terapêuticas de acção intensamente sedativa (reumatismo, nevralgias, espasmofílias, excitação nervosa) são atribuídas mais à nascente Alcalina do que à nascente Sulfurosa (DRHG, s/ data). Por outro lado, grande parte dos que acorriam às nascentes de Alfama, procuravam melhorias para problemas de lesões cutâneas e mucósicas (eczemas, impetigos, ictiose, acne, psoríase, etc.), além de problemas gastro-intestinais (DRHG, s/ data).

5. ESTADO ACTUAL DAS NASCENTES E PERSPECTIVAS FUTURAS DE RECUPERAÇÃO

Ao longo do último século, a zona de Alfama foi palco de sucessivas intervenções urbanísticas que visaram a melhoria das condições de vida dos seus habitantes e acessibilidades. Além disso, os próprios edifícios em que se situavam as termas foram sofrendo alterações, fundamentalmente adaptadas aos usos que se lhes foi dando. Tendo em conta a sua proximidade da alfândega, foram em grande parte utilizadas como escritórios de despachantes.

A primeira concessão a ser abandonada foi a mais pequena, os Banhos do Doutor, cujos últimos registos oficiais

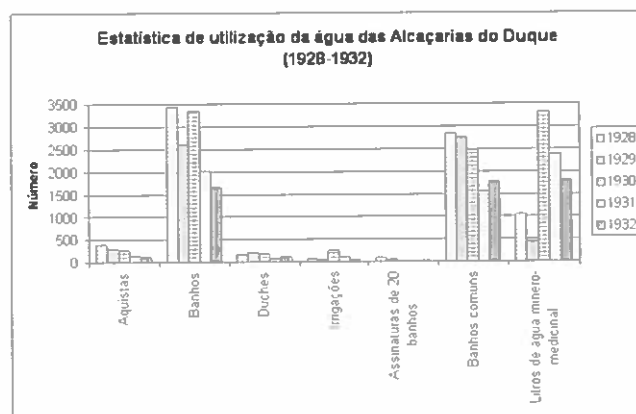


Figura 15 – Estatística de utilização da água das Alcaçarias do Duque no período de tempo compreendido entre 1928 e 1932 (estatística efectuada a partir dos dados de DRHG, s/data).

BIBLIOGRAFIA

- ACCIAIUOLI, L. (1944) - *Águas de Portugal minerais e de mesa: história e bibliografia - Vol. III: História das águas minerais: águas minerais com concessão*. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. 6 vols, Lisboa, 192p.
- ACCIAIUOLI, L. (1944a) - *Águas de Portugal - Vol. V*. Direcção Geral de Minas e Serviços Geológicos. 6 vols, Lisboa, 190p.
- ACCIAIUOLI, L. (1952) - *Le Portugal Hydromineral*. Direction Générale des Mines et des Services Géologiques. V. I, 284p.
- ALBUQUERQUE DE OREY, F. (1894) - Relatório acerca das águas minerais das Alcaçarias do Duque. Arquivos da DRHG, IGM.
- ALMEIDA, A. (1952) - Lisboa, Capital das Águas. *Revista Municipal*. Separata dos n.ºs 49 e 50. 27p.
- ANDRADE, C. F. (1933) - A tectónica do estuário do Tejo e dos vales submarinos ao largo da costa da Caparica, e a sua relação com as nascentes termo-medicinais de Lisboa: considerações preliminares. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Tomo XIX (1933), pp. 23-40.
- ANDRADE, C. F. (1935) - Memória descritiva sobre a modificação a introduzir na actual captagem da "Alcalina" das Alcaçarias do Duque. 47p.
- CARVALHO, A. H. (1952) - Relatório da análise da água das Alcaçarias do Duque.
- CHOFFAT, P. (1893) - Contributions à la connaissance géologique des sources minéro-thermales des aires mésozoïques du Portugal. *Ministère des Travaux Publics, etc.*. Lisbonne, 8º, 136p., 1 pl.
- CHOFFAT, P. (1895-1898) - Les eaux d'alimentation de Lisbonne - rapport entre leur origine géologique et leur composition chimique. *Comunicações da Direcção dos Trabalhos Geológicos de Portugal*. Tomo III, p.145-198.
- DRHG (s/ data) - Arquivos da Divisão de Recursos Hidrogeológicos e Geotérmicos da Direcção-Geral de Geologia e Energia. Processos 28/MIN, 29/MIN, 30/MIN e 35/MIN.
- GARCEZ, C. (1963) - Roteiro turístico de Alfama. *Revista Municipal*, ano XXIV, nº 97, 2º trimestre, pp.50-65.
- HENRIQUES, F. F. (1726) - *Aquilégio Medicinal*. Edição fac-similada de 1998. *Instituto Geológico e Mineiro*. Lisboa. 288p.
- MOITINHO DE ALMEIDA, F. (1972) - Parecer hidrogeológico sobre uma sondagem executada no Largo do Chafariz de Dentro para o Metropolitano de Lisboa. *Revista da Faculdade de Ciências*, 2ª série. C - Ciências Naturais, Vol. XVII - Fasc. 1º, pp. 187-196.
- MOITINHO DE ALMEIDA, F. (1986) - Carta Geológica do Concelho de Lisboa, Escala 1:10000. Folha 4. Serviços Geológicos de Portugal.
- MANGORRINHA, J. (1997) - Termalismo na Lisboa Ribeirinha: Séculos XVIII-XX. *Actas do II Colóquio Temático Lisboa Ribeirinha*, pp. 383-400.
- NUNES, J. A. (1960) - Boletim da Fiscalização das Águas de Lisboa, nº 41, IV série, p.74.
- OLIVEIRA LUZES E NARCISO, A. (1934-1935) - Thermes du Tage inférieur. In: *Le Portugal hydrologique et climatique: troisième partie: Les eaux et les stations thermales du Centre du Portugal* / collaboration de Lisbonne: Sociedade Astória. Vol. 2, p. 719-741. Édition Officielle de la Direction Générale des Mines et Services Géologiques et de L'Institut d'Hydrologie et de Climatologie de Lisbonne.
- SANTANA, F. E SUCENA, E. (1994) - Dicionário da História de Lisboa, pp. 39-41.
- VIEIRA DA SILVA, A. (1987) - *A "Cerca Moura" de Lisboa* (1ª edição de 1899). Estudo histórico descritivo. Município de Lisboa, 3ª edição. 195p.
- VIEIRA DA SILVA, A. (1987a) - *A Cerca Fernandina de Lisboa* (1ª edição de 1948). Município de Lisboa, Volume II, 2ª edição. 190p.